

DIREITO DO TRABALHO III

SEMESTRE II

DIREITO DO TRABALHO III

Regente

Prof. Doutor Guilherme Dray

Objetivo Geral

A disciplina Direito do Trabalho III dedica-se ao estudo comparado do regime jurídico do despedimento, numa perspetiva que confronta as principais tradições jurídicas ocidentais. A disciplina analisa o modelo continental de *Civil Law* — com referências a Portugal, Alemanha, França e Itália — caracterizado pelo princípio da segurança no emprego e pela exigência de justa causa para a cessação do contrato de trabalho por iniciativa do empregador. Em contraponto, estuda-se o sistema estado-unidense do *employment at will*, paradigma da máxima liberdade de despedimento, e o modelo do Reino Unido, que, embora enraizado na tradição de *Common Law*, desenvolveu desde os anos 70 um regime autónomo de proteção contra o despedimento injusto (*unfair dismissal*).

1

A comparação incide sobre os fundamentos substantivos do despedimento (exigência de justa causa para despedir), os requisitos procedimentais e os regimes de indemnização e reintegração. Aborda-se ainda o regime do despedimento coletivo, com referência ao direito da União Europeia como fator de harmonização nos ordenamentos dos Estados-membros. Finalmente, analisa-se, ainda que de forma instrumental, o regime da contratação a termo nestes países. O objetivo é dotar os estudantes de uma visão sistemática e crítica dos diferentes modelos de cessação da relação laboral, capacitando-os para a análise comparada e para a compreensão das opções de política legislativa subjacentes a cada sistema.

Programa

I - Enquadramento

1. A importância do Direito do Trabalho e do regime da cessação do contrato de trabalho
 - 1.1. Enquadramento: a autonomia importância do Direito do Trabalho
 - 1.2. Cessação do contrato de trabalho: um regime particularmente importante
2. A importância de um estudo de Direito Comparado do despedimento
 - 2.1. Enquadramento
 - 2.2. Objeto de comparação: o regime do despedimento nas famílias jurídicas ocidentais
 - 2.3. Método, escolha dos *comparanda*
3. A diferente forma de pensar o despedimento na família jurídica romano-germânica e do *Common Law*: notas introdutórias
 - 3.1. Enquadramento
 - 3.2. A doutrina da segurança no emprego: pedra de toque do regime do despedimento da família jurídica romano-germânica
 - 3.3. A doutrina do “*employment at will*” e o excecionalismo do regime do despedimento estado-unidense
 - 3.4. A “terceira via” do regime do despedimento: Inglaterra e a proteção contra o *unfair dismissal* no âmbito da família jurídica do *Common Law*
 - 3.5. O Índice da OCDE: Employment Protection Legislation (EPL)

II – O direito à segurança no emprego nos países que integram a família jurídica romano-germânica

1. Contexto geral: breve enquadramento da família jurídica romano-germânica
 - 1.1. Cultura jurídica europeia e Estado Social de Direito
 - 1.2. O Direito da União Europeia e as normas sobre o despedimento 1
2. Alemanha: o sistema de proteção contra o despedimento -*Kündigungsschutz* 1
 - 2.1. A Constituição alemã: ausência de menção à segurança no emprego
 - 2.2. A proibição de despedimentos sem justa causa
 - 2.3. Exigência de procedimento para despedir
 - 2.4. Controlo judicial a posteriori e consequências do despedimento ilícito: direito à reintegração
 - 2.5. Regime da contratação a termo
3. França: a exigência de uma *cause sérieuse* para despedir
 - 3.1. A Constituição francesa: ausência de menção à segurança no emprego
 - 3.2. A proibição de despedimentos sem justa causa
 - 3.3. Exigência de procedimento para despedir
 - 3.4. Controlo judicial a posteriori e consequências do despedimento ilícito: direito a compensação
 - 3.5. Regime da contratação a termo
4. Itália: a exigência de *giusta causa* para despedir
 - 4.1. A Constituição italiana: ausência de menção à segurança no emprego
 - 4.2. A cessação do contrato de trabalho no Código Civil italiano
 - 4.3. A proibição de despedimentos sem justa causa
 - 4.4. Exigência de procedimento para despedir
 - 4.5. Controlo judicial a posteriori e consequências do despedimento ilícito: direito à reintegração
 - 4.6. Regime jurídico da contratação a termo
5. Portugal: a justa causa como condição de validade do despedimento
 - 5.1. A Constituição portuguesa: a segurança no emprego como direito fundamental
 - 5.2. A proibição de despedimento sem justa causa
 - 5.3. Exigência de procedimento para despedir
 - 5.4. Controlo judicial a posteriori e consequências do despedimento ilícito: direito à reintegração
 - 5.5. Regime jurídico da contratação a termo

III – O despedimento nos países que integram a família jurídica do *Common Law*

1. Contexto geral: breve enquadramento da família jurídica do *Common Law*
2. Inglaterra: o sistema do *fair dismissal*
 - 2.1. Contexto e enquadramento: Labour Law e a doutrina da autorregulamentação
 - 2.2. A proteção contra o *unfair dismissal* – o *Industrial Relations Act of 1971*
 - 2.3. O *Employment Rights Act of 1996*
 - 2.3.1. Enquadramento
 - 2.3.2. O direito a não ser injustamente despedido
 - 2.3.3. Motivos e modalidades de despedimento
 - 2.3.4. Exigência de procedimento para despedir
 - 2.3.5. Razões automaticamente justas e injustas para despedir
 - 2.3.6. Trabalhadores abrangidos
 - 2.4. O controlo judicial a posteriori e consequências do despedimento ilícito: direito a compensação
 - 2.5. Regime jurídico da contratação a termo
3. Estados Unidos da América: a doutrina do “*employment at will*”
 - 3.1. Contexto e enquadramento: as origens e o fundamento da doutrina do “*employment at will*”
 - 3.2. A doutrina do “*employment at will*”: significado e evolução
 - 3.3. Limitações à doutrina do “*employment at will*”
 - 3.3.1. Leis federais limitadoras do “*employment at will*”: a proteção conferida aos funcionários públicos
 - 3.3.2. Leis federais limitadoras do “*employment at will*”: a proteção dos representantes sindicais
 - 3.3.3. Leis antidiscriminatórias limitadoras do “*employment at will*”: o *Civil Rights Act of 1964*
 - 3.3.4. A negociação coletiva como elemento limitador do “*employment at will*”
 - 3.3.5. A limitação da doutrina do “*employment at will*” pelos tribunais por razões de ordem pública (“*public policy exception*”) ou boa fé (“*good faith*”)
 - 3.3.6. Leis estaduais que limitam a doutrina do “*employment at will*”
 - 3.3.7. Disposições contratuais expressas e tácitas que limitam a doutrina do “*employment at will*” – a “*implied in fact contract exception*”
 - 3.4. Regime jurídico da contratação a termo
4. Conclusão: síntese comparativa

Bibliografia Principal

Alemanha

ALFRED SÖLLNER / RAIMUND WALTERMANN, *Grundriss des Arbeitsrechts*, 13.^a ed., Verlag Franz Vahlen, Munique, 2003;

DORIS-MARIA SCHUSTER / ROBERT VON STEINAU-STEINRÜCK / ANJA MENGEL, *Employment and Labor Law in Germany*, 5.^a ed., 2025, C.H Beck, München

MANFRED WEISS, “The interference between Constitution and Labour Law in Germany”, *Comparative Law & Police Journal*, cit., pp. 169-182;

REINHARD RESCH, *Kündigungsschutz im Wandel*, ÖGB Verlag, Wien, 2025;

STEFAN LUNK, *Arbeitsrecht in Praxis und Wissenschaft: Festschrift für Stefan Lunk zum 65. Geburtstag*, C. H. Beck, München, 2025;

SÖLLNER, *Grundriß des Arbeitsrechts*, 12.^a ed., Munique, 1998;

WILHELM DÜTZ, *Arbeitsrecht*, 30.^a ed., C. H. Beck, München, 2025.

ZÖLLNER/LORITZ, *Arbeitsrecht*, 5.^a ed., Munique, 1998.

França

ALAIN SUPIOT, *Le travail n'est pas une marchandise. Contenu et sens du travail au XXI^e siècle*, Éditions du Collège de France, 2019, Paris;

DOMINIQUE GRANDGUILLOT, *L'essentiel du droit du travail*, Gualino, 2006, pp. 15 e ss.;

ELSA PESKINE / CYRIL WOLMARK, *Droit du Travail 2024*, Lefebvre Dalloz, Paris, 2024, pp. 62 e ss.;

FRANÇOIS DUQUESNE, *Le Droit du Travail*, Gualino éditeur, Paris, 2024, pp. 75 e ss.;

FRANÇOIS DUQUESNE, *Droit du Travail 2026*, 21.^a ed., Gualino, Paris, 2026, pp. 115 e ss.;

FRANÇOIS GADU / FLORENCE BERGERON, *Droit du Travail*, 10.^a ed., Lefebvre Dalloz, Paris, 2024, pp. 5 e ss.;

FRANCK HEAS, *Droit du Travail*, 11.^a ed., Bruylant, Bruxelles, 2024, pp. 28 e ss.;

GERARD LYON-CAEN, *Manuel de Droit du Travail et de la Sécurité Sociale*, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Paris, 1955, pp. 14 e ss.;

GERARD LYON-CAEN / JEAN PELISSIER / ALAIN SUPIOT, *Droit du Travail*, 19.^a ed., Dalloz, Paris, 1998, pp. 249 e ss.;

PASCAL LOKIEC, *Droit du Travail*, 2.^a ed. atualizada, Thémis droit, Puf, Paris, 2022, pp. 52 e ss.

Itália

FRANCESCO SANTORO-PASSARELLI, *Nozione di Diritto del Lavoro*, 35.^a ed., Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, Napoli, 1995;

GIULIANO MAZZONI, *Manuale di Diritto del Lavoro*, vol. 1, *I. Principi Generali e Fonti*; *II. Il rapporto di lavoro*, 6.^a ed., revista e ampliada, Giuffrè Editore, 1988;

GIUSEPPE MESSINA, “I Concordati di Tariffe nell’Ordinamento Giuridico del Lavoro”, *Scritti Giuridici, Scritti di Diritto del Lavoro*, IV, Giuffrè, Liano, 1948, pp. 3 e ss.

GIUSEPPE PERA, *Compendio di Diritto del Lavoro*, 6.^a ed., Giuffrè Editore, 2003;

MARIELLA MAGNANI, *Diritto del Lavoro*, 3.^a edição, Giappicelli, Torino, 2023;

G. PROIA, *Manuale di Diritto del Lavoro*, p. 4, disponível em https://www.studentiallaterza.net/wp-content/uploads/2023/03/MANUALE-DI-DIRITTO-DEL-LAVORO_PROIA.pdf, acesso em abril de 2025;

RICARDO DEL PUNTA, *Diritto del lavoro*, 17.^a ed., Lefebvre Giuffrè, Milano, 2025.

Portugal

DÁRIO MOURA VICENTE, *Comparative Law of Obligations*, Cheltenham, Edward Elgar, 2021.

- *Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, vol. I, 6.^a ed., 2025; vol. II, 2017.

GUILHERME DRAY, *Lições de Direito do Trabalho*, 2.^a ed., revista e atualizada, Almedina, Coimbra, 2025;

- *A influência dos Estados Unidos da América na Afirmação do Princípio da Igualdade no Emprego nos Países da Lusofonia - A propósito dos 50 anos do Civil Rights Act of 1964 (Title VII)*, Almedina, Coimbra, 2017;

- *An Introduction to Portuguese Employment and Labour Law*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2023;
- *Direito do Trabalho e Cidadania*, Almedina, Coimbra, 2022;
- *Equality, Welfare State and Democracy*, Almedina/The Luso-American Development Foundation, Coimbra, 2018;
- *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, Almedina, Coimbra, 2015 (reimp., 2017);
- JOÃO LEAL AMADO, *Contrato de Trabalho, Noções Básicas*, 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2025
- JOÃO LEAL AMADO / MILENA SILVA ROUXINOL / JOANA NUNES VICENTE / CATARINA GOMES SANTOS / TERESA COELHO MOREIRA, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2022;
- JOSÉ JOÃO ABRANTES, “O Código do Trabalho e a Constituição”, *Estudos de Direito do Trabalho*, AAFDL Editora, 2018;
- LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito do Trabalho*, 8.^a ed., Almedina, Coimbra, 2023;
- MARIA DO ROSÁRIO RAMALHO, *Tratado de Direito do Trabalho, Parte II – Situações Laborais Individuais*, 9.^a ed., reimpressão, Almedina, Coimbra, 2024;
- MENEZES CORDEIRO, *Direito do Trabalho, II, Direito Individual*, Almedina, Coimbra, 2019;
- MIGUEL DA CÂMARA MACHADO, *Uma Introdução ao Direito dos Estados Unidos da America "Out of the Box"*, AAFDL, 2024.
- MONTEIRO FERNANDES, *Direito do Trabalho*, 22.^a ed., Almedina, Coimbra, 2023
- PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, Almedina, Coimbra, 2025;
- PEDRO FURTADO MARTINS, *Cessação do Contrato de Trabalho*, 4.^a ed., revista e atualizada, Princípio, 2017.

Inglaterra

- A. C. L. DAVIES, *Employment Law*, Pearson, United Kingdom, 2015;
- A. C. L. DAVIES, *Perspectives on Labour Law*, Cambridge University Press, 2004.
- ASTRA EMIR, *Selwyn's Law of Employment*, 22.^a ed., Oxford University Press, 2022;
- BOWERS, *Employment Law*, 5.^a ed., Blackstone, London, 2000;
- LORD WEDDERBURN, *Labour Law and Freedom*, Lawrence & Wishart, London, 1995;
- SIMON DEAKIN / GILLIAN MORRIS, *Labour Law*, 5.^a ed., Hart, London, 2009; NORMAN SELWYN, *Selwyn's Law of Employment*, 16.^a ed., Londres, 2010;
- ZOE ADAMS / CATHERINE BARNARD / SIMON DEAKIN / SARAH FRASER BUTLIN, *Deakin and Morris' Labour Law*, 7.^a ed., Hart Publishing, Oxford, UK, New York, USA, 2021.

Estados Unidos da América

- BRUCE S. FELDACKER / MICHAEL J. HAYES, *Labor Guide to Labor Law*, 5.^a ed., 2014;
- C. KERRY FIELDS / HENRY R. CHEESEMAN, *Contemporary employment law*, Aspen Publishing, Burlington, MA, 2025, pp. 77 e ss.;
- CLYDE W. SUMMERS, “Employment at Will in The United States: the divine right of employers”, *University of Pennsylvania Journal of Business Law*, 2000, pp. 65 e ss.;
- JACK BEERMANN / JOSEPH SINGER, “Baseline Questions in Legal Reasoning: The Example of Property in Jobs”, *Georgia Law Review*, vol. 23:911 (1989), pp. 911 e ss.;
- JOÃO RENDA LEAL FERNANDES, *O Mito EUA – Um país sem direitos trabalhistas?*, 3.^a ed., revista, atualizada e ampliada, Editora Jus Podium.

- JOHN JUDE MORAN, *Employment Law – New challenges in the business environment*, 6.^a ed., Pearson, 2013;
- MARK ROTHSTEIN / LANCE LIEBMAN / KIMBERLY YURACKO / CHARLOTTE GARDEN, *Employment Law, Cases and Materials* (University Casebook Series), 9.^a ed., Foundation Press, 2020.
- MICHAEL EVAN GOLD, *An Introduction to Labor Law*, 3.^a ed., ILR Press, 2014;
- MICHAEL EVAN GOLD, *An Introduction to Labor and Employment Law*, Cornell University, 2020;
- MIGUEL DA CÂMARA MACHADO, *Uma Introdução ao Direito dos Estados Unidos da America "Out of the Box"*, AAFDL, 2024.
- RICHMAN, *Employment Law: Private Ordering and Its Limitations*, The Aspen Casebooks, 5.^a ed., Aspen Publishing, 2023;
- SACHI CLEMENTS J.D., *Essential Guide to Federal Employment Laws*, 8.^a ed., Nolo, 2025;
- SAMUEL ESTREICHER / MICHAEL C. HARPER / ZACHARY D. FASMAN, *Cases and Materials on Employment Law. The Field as Practiced*, 6.^a ed., West Academic Publishing, United States of America, 2022, pp. 53 e ss.;
- STEVEN L. WILLBORN / STEWART J. SCHWAB / GILLIAN L. L. LESTER, *Employment Law, Cases and Materials*, 7.^a ed., Carolina Academic Press, North Carolina, 2022, pp. 80 e ss.;
- TIMOTHY P. GLYNN / CHARLES A. SULLIVAN / CHARLOTTE S. ALEXANDER / RACHEL S. ARNOW- SULLIVAN / CHARLOTTE S. ALEXANDER / RACHEL S. ARNOW-RICHMAN, *Employment Law: Private Ordering and Its Limitations*, The Aspen Casebooks, 5.^a ed., Aspen Publishing, 2023;
- WILLIAM B. GOULD IV, “The Idea of the Job as Property in Contemporary America: The Legal and Collective Bargaining Framework”, *BYU Law Review*, vol. 1986, issue 4, pp. 885 e ss.;
- WILLIAM STEPHEN HOPKINS, *Labor in the American Economy*, First Edition, McGraw-Hill Book Company, Inc., New York – Toronto – London, 1948, pp.3 e ss. e 135 e ss.